

A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO EM *VOCÊ NÃO ESTAVA AQUI*, DE KEN LOACH: PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO CINEMA E FORMAÇÃO HUMANA¹

Maria Amélia Dalvi²
Victor Gagno Grillo³

Resumo

O artigo apresenta o tema da uberização do trabalho, a partir do filme *Você não estava aqui*, de Ken Loach. A análise, inspirada no materialismo histórico, permite compreender a uberização como uma nova estratégia para exploração humana e acumulação de capital, na sociedade marcada pela divisão social em classes antagônicas. O estudo permite concluir que a precarização do trabalho, para além do âmbito econômico, prejudica a estrutura afetiva e relacional dos sujeitos; o cinema, a despeito de suas contradições, pode atuar no desvelamento crítico do processo.

Palavra-chave: Uberização; Cinema; Formação Humana.

LA UBERIZACIÓN DEL TRABAJO EN *LO SIENTO, TE EXTRAÑAMOS*, DE KEN LOACH: PROBLEMATIZACIÓN DE LA RELACIÓN CINE Y FORMACIÓN HUMANA

Resumen

El artículo presenta el tema de la uberización del trabajo, con base en la película *Lo siento, te extrañamos*, de Ken Loach. El análisis, inspirado en el materialismo histórico, permite comprender la uberización como una nueva estrategia para la explotación y acumulación de capital, en una sociedad marcada por la división social en clases antagónicas. El estudio nos permite concluir que la precariedad laboral, más allá del ámbito económico, daña la estructura afectiva y relacional de los sujetos; el cine, a pesar de sus contradicciones, puede actuar en el desvelamiento crítico del proceso.

Palabras clave: Trabajo; Uberización; Cine; Formación Humana.

THE UBERIZATION OF WORK IN *SORRY, WE MISSED YOU*, BY KEN LOACH: PROBLEMAZING THE RELATIONSHIP CINEMA AND HUMAN EDUCATION

Abstract

The article presents the theme of the uberization of work, based on the movie *Você não estava aqui*, by Ken Loach. The analysis, inspired by historical materialism, allows us to understand uberization as a new strategy for the human exploitation and accumulation of capital, in a society characterized by social division into antagonistic classes. The study concludes that the precariousness of work, beyond the economic scope, harms the affective and relational structure of the subjects; the cinema, despite its contradictions, can act in the critical unveiling of the process.

Keyword: Uberization; Cinema; Human Education.

¹ Artigo recebido em 06/11/2022. Primeira avaliação em 13/12/2022. Segunda avaliação em 10/01/2023. Aprovado em 23/02/2023. Publicado em 13/04/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.56436>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Brasil. Professora Associada da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES / Brasil. Realiza estágio pós-doutoral em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS / Brasil. E-mail: maria.dalvi@ufes.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9399371418356916>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8729-2338>.

³ Doutorando em Letras pela Universidade do Espírito Santo – UFES / Brasil. Professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo e Professor de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha - Espírito Santo / Brasil.

E-mail: victorggrillo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9490052612500715>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2330-7414>.

Considerações iniciais sobre o filme *Você não estava aqui*, de Ken Loach

Em estado da arte sobre as relações sociais de produção artística e o ensino de arte no Brasil, Reis (2010) conclui, a partir de um abrangente trabalho de pesquisa de revisão bibliográfica que levou em conta centenas de documentos, que haveria um caráter absenteísta na maioria dos estudos sobre a arte e seu ensino no Brasil no que concerne a sua materialidade histórica, conferindo à arte e ao ensino uma aparência de algo destituído quer do trabalho humano, quer das relações sociais daí decorrentes.

Se o constatação publicada há mais de uma década, quanto à tendência para se escamotear a totalidade social nos estudos sobre arte e seu ensino, não fosse suficiente para problematizar a instrumentação da arte para o encobrimento das relações humanas estabelecidas no presente, visando à reprodução da alienação e do estranhamento entre o ser humano e o trabalho, poderíamos adicionar a informação de que, por exemplo, nas dezessete ocorrências da palavra “Cinema” na *Base Nacional Comum Curricular* (BRASIL, 2018), o cinema (ora entendido como linguagem, ora entendido como uma modalidade de arte) é tratado apenas como recurso didático instrumental (ou “insumo”) para o ensino de outros componentes curriculares ou como um “gênero artístico substitutivo” (como se dá nas habilidades EF69LP45, EF69LP46, EF67LP27, EF89LP32, EF89LP34, EF69AR03, EF07LI04, EF08LI18, EF04HI08; nos textos de abertura dos itens 4.1.2⁴, 4.1.4⁵, 5.1.2⁶; nas “Competências⁷ específicas de Arte para o ensino fundamental”; e na nota 61, que esclarece o conceito de “Remediação”).

⁴ “[...] é importante que o componente curricular Arte leve em conta o diálogo entre essas linguagens, o diálogo com a literatura, além de possibilitar o contato e a reflexão acerca das formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses, o cinema e a performance” (BRASIL, 2018, p. 198).

⁵ “Para o trabalho pedagógico, cabe ressaltar que diferentes recursos midiáticos verbo-visuais (cinema, internet, televisão, entre outros) constituem *insumos* autênticos e significativos [...]” (BRASIL, 2018, p. 245 – grifo nosso).

⁶ “Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino” (BRASIL, 2018, p. 501).

⁷ Competência 2: “Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações” (BRASIL, 2018, p. 200).

Na contramão desta posição hegemônica no campo dos estudos sobre a arte e seu ensino, constatada por Reis (2010), este artigo parte do pressuposto de que:

A instituição cinema e todo o aparato da cultura industrializada que gira em seu entorno representam um poderoso instrumento de hegemonia cultural. Ao comporem uma determinada dinâmica de vida de homens e mulheres, os filmes também participam na formação de valores éticos e juízos de gosto e, nesse sentido, portam uma faceta educacional. Na sociedade contemporânea, eles concretizam práticas educativas à medida que se ocupam da transmissão e assimilação de sensibilidades e conhecimentos. [...]

[...] Nesse sentido, do ponto de vista da relação entre cinema, educação e trabalho], a produção fílmica não se reduz a uma nova tecnologia, supostamente neutra, a ser manuseada pelas educadoras e educadores no trabalho pedagógico. Mais do que um mero suporte técnico-instrumental para se atingir objetivos pedagógicos, os filmes são uma fonte de formação humana, pois estão repletos de crenças, valores, comportamentos éticos e estéticos constitutivos da vida social (LOUREIRO, 2008, p. 136).

Tal entendimento está em consonância com uma observação de Adorno (1986), quando o filósofo e cientista social frankfurtiano admite a possibilidade de o cinema vir a ser arte autônoma (ou seja, comprometida consigo mesma, e não com o objetivo identificado à lógica de mercado da indústria de cultura orientada à alienação e à semiformação humana), por meio de alguns movimentos de resistência em filmes inseridos no âmbito da indústria cinematográfica hegemônica. Neste caso, tratar-se-ia de filmes que, contraditoriamente, podem ao mesmo tempo apresentar-se como “produtos de mercado”, que necessitam de vultuosos investimentos para sua realização e circulação (e, portanto, plenamente inseridos em circuitos comerciais), e como produções humanas que permitem que se vislumbre um algo-a-mais que a vida determinada pelo mercado, pela produção orientada ao lucro e pelo capital. Se os filmes ofereciam esquemas de comportamento coletivo (impulsos miméticos), a chance de o cinema se tornar um produto emancipado residiria no esforço de deslocar o caráter coletivo inconsciente e irracional para uma intencional autorreflexão crítica sobre si como integrante de uma totalidade (ADORNO, 1986).

Parece-nos que, na direção apontada pela reflexão adorniana, um filme como *Você não estava aqui* (no original, *Sorry, We Missed You*), de Ken Loach, poderia contribuir para esse deslocamento, ao enfrentar a “uberização do trabalho” como uma nova estratégia para acumulação de capital a partir da exploração dos trabalhadores

na sociedade capitalista, marcada pela divisão social em classes com interesses antagônicos, refletida artisticamente na relação do protagonista com sua família.

Kenneth “Ken” Loach é um cineasta britânico nascido em 17 de junho de 1936, na cidade de Nuneaton, situada no condado de Warwickshire, no centro da Inglaterra. Loach estudou Direito na Universidade de Oxford, quando entrou em contato com um grupo teatral da universidade, começando a atuar. Em 1961, iniciou um trabalho como assistente de direção na ABC Television e, posteriormente, também trabalhou na British Broadcasting Corporation (BBC) em colaboração com o produtor Tony Garnett. Em 2006, recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes pelo filme *Ventos da Liberdade* e em 2016 recebeu a segunda Palma de Ouro pelo filme *Eu, Daniel Blake*. O filme *Você não estava aqui*, de 2019, (“Sorry, We Missed You”, título original), que é objeto desse artigo, também concorreu à Palma de Ouro em Cannes, e aborda a exploração da classe trabalhadora por meio da uberização, modalidade de trabalho em que não há vínculo empregatício e os direitos trabalhistas são esgarçados ou inexistentes.

De acordo com Boscov (2020, [s. p.]), o filme retrata a uberização do trabalho como uma miragem que pode ser inevitável em um momento difícil. Em sua análise, ela afirma que o diretor Ken Loach é “um dos últimos socialistas sinceros do planeta, que acreditam em um regime igualitário não como um projeto de poder, mas como uma questão de decência humana”, destacando que o cineasta não inventa histórias, mas as “colhe no dia a dia”. Para Paul Lavert, roteirista do filme, a obra “é uma tentativa de olhar para o caos da vida moderna, dominada pela tecnologia, que, muitas vezes, promete nos libertar, mas nos escraviza. É sobre essa falsa ilusão de liberdade” (LAVERT, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, [s. p.]), uma vez que é vendida uma ideia de que o trabalhador deve ser um “guerreiro empreendedor, um soldado da sua própria vida”, mas está se “escravizando” (LAVERT, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, [s. p.]). Nessa perspectiva, Paul Lavert afirma que o objetivo do roteiro de seus filmes é desafiar o poder, mas a maioria das obras a que tem acesso apenas reforçam o poder, ao reproduzirem estereótipos e glorificarem a riqueza (OLIVEIRA, 2020, [s. p.]). No mesmo sentido, em entrevista realizada no ano de lançamento do filme *Você não estava aqui*, Ken Loach, conhecido por retratar a classe trabalhadora britânica há cinquenta anos – histórias cujas temáticas representam os trabalhadores inseridos na sociedade capitalista como um todo – afirma que houve mudanças, porém, a essência

é a mesma: “a vida das pessoas segue determinada pelas circunstâncias econômicas” (LOACH, 2019 apud BLANES, 2019, [s. p.]). Paralelo a isso, Ken Loach expõe que:

[...] a maioria dos filmes custa muito e precisam de investimentos dos ricos, e eles acabam contando as histórias da burguesia. Ainda que os personagens não sejam burgueses, o olhar é burguês. Retratam os trabalhadores como merecedores da pobreza, fracos. As pessoas não gostam de ver filmes sobre si mesmos, preferem ver as pessoas ricas. Personagens ricos que não sabem de onde tiram o dinheiro. Eles preferem isso porque não há culpados, não há problemas. Esse é o primeiro problema e então os diretores precisam perceber que a indústria precisa se adaptar ao mundo. Tenho ‘sorte’ porque faço filmes a partir do meu olhar e não fazemos filmes sobre o individual, porque acredito que para fazer um filme é preciso interesse comum. Isso é bem radical, com o individual acontece o contrário, pessoas lutando apenas por seus interesses (LOACH, 2019 apud BLANES, 2019, [s. p.]).

Para Medina e Parra (2020, p. 695), o realismo estético de Loach e sua equipe encontra inspiração para a composição de seus roteiros e narrativas em processos sociais amplos, presentes “na própria cotidianidade do modo de produção capitalista, a qual apresenta suas próprias mediações”.

Conforme exposto, o filme *Você não estava aqui* retrata a exploração da classe trabalhadora na sociedade capitalista, em que surgem novas estratégias do capital para a sua dominação. Para Weber (2021, p. 173), a narrativa analisa as contradições e disputas no mundo do trabalho na relação entre sujeito, que enxerga uma aparente promessa de autonomia e liberdade no trabalho, e sua alienação, com destruição das esferas familiar, física e emocional, “tornando-se seu próprio concorrente de produtividade”. Isso se deve, para Medina e Parra (2020, p. 690), às “recentes tendências de flexibilização de condições de trabalho mediadas pelo inovador aparato Tecnoinformacional digital”. Assim, essa transformação tecnoprodutiva e sociocultural tensiona as relações entre capital e trabalho, ou seja, entre a lógica da acumulação no modo de produção capitalista e o trabalho vivo, sendo que a “forma estética realista e o conteúdo sociopolítico de ‘Você não estava aqui’ nos confrontam com nossa própria época e com os rumos de uma sociabilidade cada vez mais intermediada por instrumentos digitais de relacionamento à distância” (MEDINA; PARRA, 2020, p. 691).

Na obra, Ricky Turner e sua esposa Abbie se veem na situação de aceitarem trabalhos “autônomos”, sem quaisquer vínculos ou garantias trabalhistas, para sustentar os dois filhos, em Newcastle, no noroeste da Inglaterra. Ricky, em busca de uma nova oportunidade e da estabilidade perdida com a crise econômica de 2008,

aceita um trabalho como “colaborador” na empresa PDF Company, uma companhia de entrega de mercadorias. Já na entrevista de Ricky com o supervisor logístico Maloney, fica clara a estratégia da sociedade capitalista de estabelecer novos parâmetros no relacionamento entre dirigentes e subordinados, com o descompromisso do empregador com o empregado. Sob o rótulo de mobilidade e independência, típicos de discursos liberais e neoliberais, “os personagens aparecem em permanente desvínculo social” (MEDINA; PARRA, 2020, p. 693). Não há contratos de trabalhos e direitos trabalhistas, pois o trabalhador é um “colaborador” supostamente autônomo que é responsável pelo sucesso do serviço, arcando com as responsabilidades por ele unilateralmente.

O próprio Ken Loach, em outra entrevista de 2019, explica essa nova estratégia de exploração da classe trabalhadora pelo capital:

[...] no meu tempo, diziam para você que, com a formação adequada, conseguiria um emprego para a vida toda. Contudo, ocorreu essa mudança inexorável que passamos, da segurança à insegurança. Agora, você pode perder o trabalho da noite para o dia. E logo aparecem casos como o de **Ricky**, o protagonista de meu filme, que assume todos os riscos, enquanto a empresa não assume nenhum. É o trabalhador que explora a si mesmo, o ideal das grandes empresas (LOACH, 2019 apud ENGEL, 2019, [s. p.]).

Para trabalhar na PDF Company, Ricky precisa ter a sua própria van de cargas ou alugá-la da companhia. Rick, então, para adquirir a van, decide vender o carro que sua mulher usava para atender clientes distantes. Com isso, Abbie, que é cuidadora de idosos e exerce uma jornada de trabalho extensa, passa a ter que visitar seus clientes de ônibus. Assim como a esposa, o dia a dia de trabalho de Ricky como entregador de encomendas é cansativo. Além do desgaste físico, há o controle do tempo estimado para as entregas, pois é necessário que o “colaborador” porte um dispositivo eletrônico (*scanner*) que controla as rotas de viagens e o tempo de percurso dos motoristas, sendo possível aos clientes da PDF Company acompanhar em tempo real a localização da entrega. Além disso, o *scanner* serve para que Ricky, assim como todos os “colaboradores” da PDF Company, registre as encomendas realizadas a cada dia. Com isso, “fica patente a centralidade do aparato tecnodigital diante daquele que, supostamente, o manuseia: o trabalhador” (MEDINA; PARRA, 2020, p. 697).

Devido às jornadas de trabalho de Rick e Abbie (ambas podendo chegar a 14 horas diárias), há poucos momentos de convivência deles com os dois filhos Seb e Liza, que se resumem à noite e a partes do fim de semana. Seb, o filho adolescente, passa a faltar à escola e discute constantemente com os pais, questionando as condições de trabalho deles e o fato de uma formação escolar adequada não lhe dar garantias de inserção do mundo do trabalho. Para Medina e Parra (2020, p. 703), as condições crescentes de rotatividade de trabalho e baixa remuneração trazem até mesmo implicações psicológicas ao ambiente familiar, uma vez que induzem nos personagens “sentimento de frustração, impotência e desgaste emocional”, sendo que aquilo que Seb questiona é a própria organização social baseada na economia de mercado e seus reflexos nas relações afetivas e familiares e não uma escolha ou decisão individual de seus pais. Por sua vez, Liza, ainda criança, sente-se culpada pelos problemas enfrentados pela família, o que se acentua com o trabalho de Ricky como entregador de encomendas na PDF Company. Nesse contexto, ao analisar o filme, Weber (2021) ressalta que as condições de trabalho impostas pelo neoliberalismo também são um fator crescente do adoecimento psíquico, especialmente no subgrupo de trabalhadores autônomos e informais.

No desfecho da trama, Ricky é assaltado e ferido ao realizar uma entrega. Após horas de espera para ser atendido em um hospital, recebe uma ligação de Maloney, seu supervisor, que exige o pagamento das mercadorias roubadas e do scanner que foi quebrado no assalto, o que, para Medina e Parra (2020, p. 704), “ilustra o quanto a reprodução das relações sociais, que prioriza o valor das coisas necessárias para o processo de acumulação capitalista em detrimento do ser humano, são naturalizadas”. Ricky, que deveria retornar ao hospital para tratamento das lesões e se recuperar fisicamente, decide voltar ao trabalho sob protestos da família, uma vez que suas dívidas estavam aumentando. A esposa e os filhos estavam à frente da van e o impediam de sair. Ricky, então, deu a ré no veículo e partiu, mesmo sem condições, para um novo dia de trabalho.

Em mais uma entrevista sobre o filme *Você não estava aqui*, Ken Loach volta a comentar sobre as novas formas de exploração da classe trabalhadora e volta a relacioná-las como uma consequência da economia de livre mercado:

[...] apenas uma geração atrás, você tinha um emprego e os empresários obtinham lucros, é claro, mas era um emprego seguro,

você podia recorrer aos sindicatos, podia ficar doente porque estava protegido, podia sair de férias e trabalhava oito horas por dia. Seu salário permitia que você vivesse de maneira digna. O que ocorreu, de forma inevitável em uma economia de livre mercado, é que as grandes corporações competem entre si para vender suas mercadorias, e competem com os preços. Como conseguir que o preço seja mais baixo que o da concorrência? Muito simples, pagando menos para os trabalhadores (LOACH, 2019 apud GARCÍA, 2019 [s. p.]).

Parece-nos que, ao articular tais elementos em uma obra cinematográfica, *Você não estava aqui*, de Ken Loach, põe-se na contramão da hegemonia da indústria cultural, cujos objetivos não apenas visam à obtenção de lucro, mas igualmente a dificultar que os sujeitos superem a condição de heteronomia e semiformação que os limita a uma visão de mundo estreita (LOUREIRO; RAMALHETE; STEN, 2020, p. 3), ou seja, há um potencial enriquecimento da experiência estética como elemento de uma formação humana com vistas à omnilateralidade.

O trabalho no sentido ontológico de Lukács e suas transformações na sociedade capitalista

Em uma perspectiva marxista lukácsiana, o trabalho, no sentido ontológico, expressa a ideia central do ser social, uma vez que a produção e reprodução societária se dá por meio dele. Assim, o trabalho se torna protoforma da práxis social, tendo o seu sentido original atrelado à produção de valores de uso. Nesse cenário, o trabalho é “o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e da realização desta”, em um processo de autorrealização da humanidade (ANTUNES, 2009, p. 139). É por meio do trabalho, portanto, que simultaneamente se altera a natureza e autotransforma aquele que trabalha, e, como reflexo das interações sociais, desenvolvem-se também as práxis políticas, a religião, a ética, a arte e outras dimensões da esfera social (ANTUNES, 2009).

Por sua vez, Manzano (2013) explica que o ser humano exerce um trabalho sobre a natureza para satisfazer suas necessidades básicas, gerando novas necessidades e ampliando seus horizontes por meio da apropriação do conhecimento que a ação do trabalho lhe proporciona, desencadeando em um contínuo movimento social e, portanto, cultural. Assim, os elementos fundamentais para se produzir, em quaisquer épocas, são a natureza (ou recursos naturais), que depende do emprego da tecnologia apropriada para transformá-la, e o trabalho, fruto da ação consciente e

do conhecimento desenvolvido pelo ser humano. Nessa perspectiva, o processo de trabalho começa de forma simples e vai se aperfeiçoando, especialmente com a utilização dos meios de produção, que são os instrumentos desenvolvidos para auxiliar na transformação da natureza, e da matéria-prima, que é aquilo que já foi produzido pelo ser humano e voltará ao processo de produção para ser reelaborado.

Todavia, dizer que uma vida com sentido encontra no trabalho seu primeiro momento de realização é diferente de afirmar que uma vida plena de sentido se limite apenas ao âmbito do trabalho:

[...] na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decididamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 2009, p. 143).

Questiona Konder (1998, p. 29): como o trabalho, sendo uma condição para a realização do próprio homem, pôde se tornar “seu algoz”? A primeira resposta se encontra na divisão social do trabalho, com a apropriação privada dos meios de produção e o aparecimento das classes sociais. Nesse cenário, os homens que eram proprietários dos meios de produção passaram a explorar o trabalho dos outros, impondo-lhes condições laborais antes não existentes, introduzindo, assim, um novo tipo de contradição na comunidade humana (KONDER, 1998, p. 29-30).

Manzano (2013) explica que a divisão social do trabalho não é novidade do capitalismo, mas ressalta a diferença observada nas sociedades primitivas, em que as atividades eram feitas por pessoas diferentes e resultado do trabalho era coletivo, e o que historicamente resultou na divisão de sociedade em classes distintas. Em outros termos, a especialização, permitida pela divisão social do trabalho, aprimorou o modo de produzir, aumentando a produtividade e gerando um excedente, sendo que o avanço das técnicas de produção proporcionou que a natureza fosse transformada com mais facilidade pelo ser humano. Por sua vez, quanto mais especialização e produção de excedente há, mais possibilidade de acentuar a divisão social do trabalho. Com o aprimoramento das técnicas de produção e a interação do ser humano com a natureza, houve a apropriação de novos conhecimentos para transformá-la, ocorrendo uma divisão (não natural, mas decorrente do próprio

processo social) entre trabalho intelectual e trabalho manual. Nesse contexto, quando um grupo utiliza seu saber para dominar politicamente outro, fazendo que trabalhe para ele, concretiza-se na sociedade a divisão de classes com interesses antagônicos. Logo, em uma sociedade de classes, um grupo dominado trabalha exaustivamente para a produção dos bens necessários à satisfação e sobrevivência de toda a sociedade, enquanto o grupo dominante, que exerce a dominação intelectual, política, econômica e cultural, satisfaz suas necessidades com o que é produzido pela classe dominada.

Como explica Konder (1998, p. 30), as condições criadas pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada introduzem um “estranhamento” entre o trabalhador e o trabalho, pois o homem não se reconhece mais no produto do trabalho por ele realizado, uma vez que agora o produto pertence a outro ser humano, qual seja, o proprietário dos meios de produção. Assim, em vez de se realizar pelo trabalho, o ser humano se aliena nele e se vê envolto em uma nova condição de opressão.

Como modo de produção dominante em escala mundial, o capitalismo se consolida no século XIX, com a generalização do valor de troca para todos os bens produzidos pelo ser humano, em um processo de mercantilização que se entende no próprio valor do trabalho. Quanto às mercadorias que circulam na sociedade capitalista, Manzano (2013) destaca que os bens produzidos para o comércio possuem, além do valor de uso, conforme características físicas e utilidade para a qual foram produzidos, também um valor de troca, que está relacionado com a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção do bem. Nesse período histórico, as relações sociais giram em torno de um processo de produção mercantil cuja finalidade é a comercialização do excedente. Para Netto (1991), a partir da preparação ideológica da Revolução Francesa, com o Iluminismo, e a repressão das manifestações proletárias em 1848, a sociedade burguesa, com o controle dos sistemas de poder, passa a apresentar um perfil mais bem delineado, em especial com a Revolução Industrial e as alterações na forma de explorar os recursos naturais e produzir os bens. Nesse contexto, o conhecimento científico passa a ter uma relação estreita com a produção, uma vez que o mundo burguês se assenta no capitalismo concorrencial, sendo a economia e a sociedade submetidas à lógica do capital. Assim, evidencia-se uma realidade contraditória como custo de um suposto progresso: as possibilidades de exploração da natureza e elevação das condições de vida

contrastam com a intensificação da opressão da classe trabalhadora e a generalização da miséria.

Manzano (2013) ensina que a divisão social do trabalho na sociedade capitalista expressa a desigualdade social entre as classes, uma vez que a burguesia se apropriou privativamente dos meios de produção, enquanto a classe trabalhadora vive da venda de sua força de trabalho. A burguesia, detentora da riqueza previamente acumulada e dos instrumentos de produção, explora os trabalhadores não apenas para a satisfação de suas necessidades, mas para gerar mais riqueza a partir da produção de excedente a ser comercializado. Assim, a riqueza é utilizada para produzir mais riqueza, sob a forma de capital. Como exemplo, um empresário capitalista, detentor do capital, pode adquirir equipamentos, instrumentos de trabalho, matérias-primas e contratar trabalhadores para o processo de produção. Por sua vez, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho por um valor que deveria corresponder ao das mercadorias que deve adquirir para executar o trabalho e para as suas satisfações familiares (no sentido unicamente da reposição e reprodução da força de trabalho).

A classe trabalhadora utiliza os meios de produção em posse da burguesia, trabalhando com a matéria-prima para gerar uma nova mercadoria, ou seja, o trabalhador transfere valor para a mercadoria, agregando um valor ao produto final. Dessa forma, ao valor das máquinas, equipamentos e outros instrumentos de produção de propriedade do empregador, é adicionado o valor do trabalho realizado pelo empregado. Marx chamou essa parte de valor gerado pelo trabalhador, além do valor necessário para remunerar sua força de trabalho, de mais-valia ou mais-valor. Logo, o capitalista, ao vender o produto final, recupera o valor investido nos meios de produção (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e, com o valor novo criado pelo trabalhador e incorporado ao produto, paga o seu salário e se apropria da mais-valia ou mais-valor na forma de lucro, o que permite à burguesia enriquecer enquanto a classe trabalhadora empobrece (já que, para manter a taxa de lucro, que tende à queda em decorrência da concorrência, entre outros processos, rebaixa-se a remuneração do trabalhador). Nesse contexto, o trabalho tecnicocientífico, identificado como trabalho intelectual e responsável pela gestão e organização da produção pelos trabalhadores manuais, também se torna produtivo e interfere na produção, participando da valorização do capital (MANZANO, 2013).

A segunda causa da deformação da situação do trabalho, observada por Marx, encontra-se no agravamento da exploração do trabalho e, assim, da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Além de reforçar a exploração do trabalho devido à busca desenfreada pelo lucro, a competitividade entre os próprios burgueses torna o mercado e o mundo do trabalho em si muito instável e incerto (KONDER, 1998).

Para Netto (1991), a análise da sociedade burguesa realizada por Marx a revela como uma forma de organização social dinâmica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social do trabalho, em que as contradições do movimento social encontram seu ápice e, ao mesmo tempo, criam condições de superá-la. Nessa perspectiva, ao antagonizar os proprietários dos meios de produção (capitalistas) e os que somente têm a força do trabalho (trabalhadores), a sociedade burguesa se desenvolve por meio de crises econômicas sucessivas e reproduz, em todos os níveis e dimensões, conflitos e tensões que são incompatíveis com a maioria dos seres humanos, em especial com os que vivem do trabalho.

Sob uma perspectiva científica, Manzano (2013) explica que as crises no mundo capitalista surgem de contradições internas. A produção desordenada e a extensão do consumo, pressuposições da acumulação capitalista, conflitam com outra condição do sistema, qual seja, a obtenção de lucro, uma vez que a ampliação do consumo exige o aumento de salários, o que resultaria na redução da mais-valia ou do mais-valor. Tal contradição insanável obriga o capital a buscar compensá-la com a expansão constante do mercado. Portanto, quanto mais cresce o capitalismo, menor é a taxa média de lucro do capital. Tal situação decorre da própria concorrência presente no sistema capitalista, obrigando os empresários a superar os concorrentes com investimentos em meios de produção mais tecnológicos e avançados, para aumentar a produtividade e reduzir uma parcela do capital variável (ou seja, valor investido na força de trabalho). A queda da taxa de lucro é resultado, então, da tendência à substituição do trabalho humano pelo investimento em meios de produção, uma vez que se reduz a fonte de mais-valia ou mais-valor. Assim, origina-se a superacumulação de capital e de mercadorias, bem como se restringe a capacidade de consumo na sociedade pelo desemprego que se desencadeia. Com o desenvolvimento do capitalismo e a crescente dependência internacional dos

processos econômicos nacionais, as crises econômicas se observam em escala mundial e com mais frequência.

De acordo com Antunes (2009, p. 17), o neoliberalismo e a reestruturação produtiva do capital acarretam mutações no mundo do trabalho, podendo-se mencionar como consequências o desemprego estrutural e o “crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas”. Essas questões deram origem a debates sobre o “fim do trabalho”. A esse respeito, André Gorz, em *Adeus ao proletariado*, defendeu a tese do fim do proletariado e das ações sociais decorrentes das suas forças sociais; por sua vez, Claus Offe, em *Trabalho: categoria sociológica-chave?*, tematizou a perda da centralidade da categoria trabalho na base estruturante da sociedade contemporânea; a seu turno, Jürgen Habermas, em *Teoria da Ação Comunicativa* substituiu a razão instrumental do trabalho assalariado que cria capital (e as possibilidades emancipatórias da classe trabalhadora) pela razão comunicativa, dando destaque à esfera intersubjetiva e comunicacional; já Dominique Méda, na obra *O trabalho: um valor em vias de desaparecimento*, amplia o desencanto com o mundo do trabalho e critica a concepção marxista de trabalho; Jeremy Rifkin, em *O fim dos empregos*, visualizou de forma romântica possíveis benefícios à sociedade a partir da ampliação do Terceiro Setor; em outra análise, Robert Kurz, em *O colapso da modernização* e em *Os últimos combates*, concebe os trabalhadores como parte que constitui o mundo da mercadoria e, por isso, impossibilitados de transformar a lógica do capital (ANTUNES, 2005).

Diante do exposto, Antunes (2015, p. 208) não concorda com as teses que desconsideram o processo interativo entre trabalho vivo e trabalho morto, uma vez que “o sistema social do capital necessita cada vez menos do capital estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado [...]”. O autor, ainda, acrescenta que:

[...] como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. Tempo e espaço que convulsionam nessa nova fase dos capitais (ANTUNES, 2015, p. 208).

Como essa discussão se reconecta com a abertura deste artigo, na qual aludimos ao caráter absenteísta da materialidade histórica nas discussões sobre arte e ensino (que confeririam à arte e ao ensino uma aparência de algo destituído quer do trabalho humano, quer das relações sociais daí decorrentes), a partir de Reis (2010)? Como se reconecta à exemplificação da instrumentalização da arte para a obnubilação da realidade concreta, que demonstramos como a redução do cinema a mero recurso didático instrumental (como “insumo” ou “gênero artístico substitutivo”) para o ensino de outros componentes curriculares, na BNCC (BRASIL, 2018)?

Entendemos que a resposta poderia ser dada por analogia ao raciocínio de Chaves (2021), quando analisa como a vulgarização da crítica, na área de Linguagens da BNCC, poderia ser uma estratégia dupla: de um lado, para a semiformação da classe trabalhadora e, de outro, para a produção de consenso. Segundo a autora, a BNCC:

[...] constitui uma peça a mais que se inscreve na compreensão do movimento real do todo, das leis gerais do objeto, para rastrear e compor, pela sua expressão, o conjunto das conexões íntimas, uma vez que a aura de inevitabilidade vai se tornando mais verossímil pelo jogo político, pela fala dos especialistas, pela produção de matérias, pela articulação com a mídia e pela força da lei (CHAVES, 2021, p. 5).

Na continuidade de seu trabalho, a autora argumenta que, valendo-se de convicções teórico-práticas dos professores na área das Linguagens, a BNCC facilita a constituição de consenso generalizado que devolve aos docentes e aos filhos da classe trabalhadora uma normatização da semiformação socializada. E emenda:

Muito já se tem discutido acerca da redução do processo formativo do sujeito a uma perspectiva que atente às competências concentradas nas demandas do mercado de trabalho. Sob o discurso pautado pelo ideário da empregabilidade aliado à “[...] expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado” (ANTUNES, 2006, p. 41), vem restando à educação - principalmente à educação pública - a oferta para a classe trabalhadora do privilégio de ser servil (ANTUNES, 2018), de ter pragmaticamente suas competências cognitivas e socioemocionais desenvolvidas (CHAVES; EVANGELISTA, 2020), para que possam ser flexivelmente úteis ao processo produtivo de trabalho (CHAVES, 2021, p. 7).

Avançando [...] compreende-se, com Gramsci, que não é somente por meio de uma organização específica da força que as classes economicamente dominantes mantêm seu domínio; lhes é necessário que uma direção moral, cultural e intelectual seja praticada. De forma meramente didática, é possível pensar que essa direção provê a

configuração das forças materiais, entendidas mais como conteúdo, uma vez que essas não seriam historicamente concebíveis sem forma, e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. A conformação a uma maneira de compreender o mundo lança mão do princípio da universalidade, movimento de ocultação no qual opera a ideologia, na medida que faz parecer natural, da ordem originária das coisas, aquilo que é socialmente produzido (CHAVES, 2021, p. 8).

Nesse sentido, o desvelamento da uberização no filme *Você não estava aqui*, de Ken Loach, na medida em que rechace o tipo de instrumentalização do cinema preconizado, como vimos, pela BNCC (BRASIL, 2018), poderia cumprir aquela potencialidade crítica do cinema que ventilamos, páginas acima, a partir de Adorno (1986); e poderia, igualmente, realizar o projeto educativo (fonte de formação humana) aludido a partir de Loureiro (2008). Ou seja, como o filme de Loach se recuse a funcionar como mero “insumo” ou “gênero” substitutivo no processo pedagógico, pode, como obra de arte autêntica, ocupar-se verdadeiramente da transmissão e assimilação de sensibilidades e conhecimentos, já que o que está em pauta ali é uma obra saturada de valores e comportamentos éticos e estéticos constitutivos da vida social, que reúne o inteligível e o sensível, portanto, com alto potencial formativo.

Uberização do trabalho: uma nova estratégia do capital para a exploração da classe trabalhadora

A partir da década de 1970, a gradativa utilização da microeletrônica e da conectividade em rede foi incorporada ao desenvolvimento das forças produtivas nas grandes indústrias, acarretando em significativa alteração da composição do capital de diversas empresas, com a redução da quantidade de força de trabalho empregada (menor investimento em capital variável) e maior investimento em equipamentos tecnológicos e maquinaria (maior investimento em capital constante), principalmente os que se relacionam aos componentes computacionais. Além dos ganhos obtidos com as inovações tecnológicas, há um movimento de rebaixamento do custo do valor da força de trabalho, acentuando os processos de desregulamentação de proteções trabalhistas e o aumento das terceirizações (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Para Silva, Santos, Chaves e Assunção (2022), a tecnologia, que deveria ser uma aliada do trabalhador, promovendo-lhe qualidade de vida, de forma democratizada e com tarefas menos alienantes, pesadas e repetitivas, não responde a esses anseios; pelo contrário, tornou-se mais um meio de exploração, intensificação

e precarização do trabalho. As transformações no mundo do trabalho, associadas aos altos índices do desemprego, obrigam a classe trabalhadora a cumprir jornadas de trabalho extenuantes, cuja prestação se dá mediada por aplicativos digitais, sem qualquer segurança ou garantia de que os sujeitos conseguirão arcar com suas necessidades básicas, além de pouca (ou nenhuma) proteção quanto aos riscos da atividade desenvolvida. Nesse sentido os autores afirmam que:

[...] frequentemente, o trabalhador encontra, nos serviços mediados por aplicativos, a garantia de sobrevivência, uma forma de pertencimento e importância social. Entretanto, [...] não se deve exaltar essa nova forma de organização do trabalho como a solução para o desemprego endêmico, uma vez que não se promove nenhuma proteção ao trabalhador, pelo contrário, esse modelo traz uma insegurança que ataca a saúde física, mental e o bem-estar de maneira geral (SILVA; SANTOS; CHAVES; ASSUNÇÃO, 2022, p. 39).

De acordo com Franco e Ferraz (2019, p. 845), “as estratégias de controle do trabalho, para além das inovações tecnológicas, invariavelmente abarcam diferentes formas de exploração da força de trabalho”. Nesse contexto, o termo “uberização” tem como origem o pioneirismo da empresa Uber em relação a um modo particular de trabalho, com o uso de uma plataforma digital que permite a conexão (via *smartphones*) de clientes e prestadores de serviço. Sem qualquer vínculo empregatício, os motoristas da empresa trabalham como profissionais autônomos e assumem diferentes riscos para a simples prestação do serviço. Em razão de não precisar contratar um funcionário e lhe assegurar os direitos trabalhistas e sequer necessitar investir nos meios físicos que constituem o capital constante (exceto o desenvolvimento de hardwares, softwares e assessoria jurídica cada vez mais robustos), o mais-valor apropriado pela empresa capitalista se maximiza. Nesse sentido, os autores esclarecem que a uberização do trabalho não consiste no compartilhamento de um objeto, um espaço ou troca de serviços, porém na venda da própria força de trabalho, ainda que a aparência imediata não deixe clara essa relação econômica: “a uberização se torna uma alternativa socialmente posta de acumulação capitalista e subsunção do trabalhador” (FRANCO; FERRAZ, 2019, p. 849).

Para Abílio (2020), a uberização é uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho que está relacionada ao trabalho mediado por plataformas digitais. Em complemento, a autora afirma que esta estratégia do capital se relaciona

às regulações e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos e controles à exploração do trabalho, resultando na transferência de custos e riscos ao trabalhador:

[...] o trabalhador uberizado inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la. As estratégias pessoais para a gestão da própria sobrevivência passam a estar no cerne da reprodução social dos trabalhadores, ao mesmo tempo que são incorporadas e gerenciadas no processo de trabalho (ABÍLIO, 2020, p. 116).

No contexto da uberização do trabalho, o trabalhador deve investir em equipamentos necessários à execução do serviço, de forma a tornar sua força de trabalho vendável. Esses instrumentos, então, em vez de capital constante do capitalista para executar uma atividade, tornam-se os equipamentos necessários para que o trabalhador se mantenha. O fato de a jornada de trabalho ser flexível, isto é, não ser previamente fixada, não retira do capitalista a função de comprador de força de trabalho, nem dos trabalhadores o papel de vender a força de trabalho. Além do mais, quando os equipamentos de trabalho pertencentes ao trabalhador perderem seu valor de uso, o capitalista não precisará reinvestir em capital fixo, podendo desvincular o trabalhador de sua plataforma (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Franco e Ferraz (2019) explicam que a plataforma digital, de propriedade do capitalista e que é necessária para o trabalhador utilizar a sua força de trabalho, é a forma de subsumir o trabalhador em relações uberizadas. Nessa nova mediação da subsunção real, os trabalhadores são controlados e conduzidos ao aumento de produtividade. A atividade dos trabalhadores é, em si, altamente individualizante. Entretanto, são parte de um trabalhador coletivo fundamental para as práticas de promoção, gerenciamento e distribuição da mercadoria promovido pela empresa (deslocamento), sendo um tipo de cooperação gerido pela empresa a fim de distribuir os trabalhadores entre as áreas de maior demanda. Para atrair novos colaboradores, as propagandas das empresas usam estratégias discursivas que “reforçam valores sociais voltados às características usualmente atribuídas a empreendedores, como ausência de chefe, liberdade de horário, ganhos progressivos e aventuras no desbravamento das cidades” (FRANCO; FERRAZ, 2019, p. 852). No entanto, a empresa, que define as metas, pune os trabalhadores caso não as alcance, situação que não sustenta o discurso usado para atrair o trabalhador.

Abílio, Amorim e Grohmann (2021) explicam que, no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, trabalhadores não são contratados e, em regra, nem mesmo recrutados. Assim, não há funções predeterminadas ou processos seletivos (o cadastro é suficiente). O contrato de trabalho, agora, apresenta-se como um contrato de adesão. Além disso, algumas empresas conseguem monopolizar setores de atuação e controlar contingentes enormes de trabalhadores. Por meio de uma relação de subordinação que se informaliza, há a perda de determinações explícitas ou estáveis sobre a jornada de trabalho, distribuição do trabalho e até mesmo precificação. Paralelo a isso, as empresas podem definir as regras sem fixá-las, ao determinar a distribuição do trabalho, precificação, quem será incorporado e quem é desligado ou bloqueado nas plataformas⁸. Os critérios são gerenciados por algorítmicos, em que por meio de mecanismos automatizados (mas humanamente programados), “realiza-se o acesso, a distribuição e a precificação do trabalho. Essa programação envolve ranqueamentos, oferta de bonificações, punições – elementos que materializam os meios de controle do trabalho” (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 39). Dessa forma, é possível impor – por meio das estruturas das plataformas digitais e dos aplicativos – as forças produtivas decisivas para a subordinação do trabalhador em sentido coletivo, em que se controlam e supervisionam em tempo real os trabalhadores, prescrevendo tarefas e metas produtivas, e impondo extensas jornadas de trabalho. Essa imposição se dá diretamente, por meio do supervisor no local de trabalho, assim como remotamente, através do gerenciamento algorítmico (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021). Ou seja:

[...] a uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador [...]. A subsunção virtual do trabalho ao capital indica que o trabalhador está subordinado na relação de trabalho sob os moldes da uberização, ainda que a aparência imediata seja de autonomia e liberdade sobre a forma produtiva. A determinação sobre como executar o trabalho, sobre os padrões e as

⁸ Embora se afirme uma aparente autonomia dos aplicativos e algoritmos, lideranças de movimentos organizados de entregadores de Ifood e motoristas de Uber por melhores condições de trabalho foram, segundo denunciam, bloqueados de todas essas plataformas, após eventos que ficaram conhecidos como “Breque dos Apps”. Uma das lideranças, Paulo Galo, declarou à imprensa que “Todo esse movimento meu começou porque eu fui bloqueado oficialmente pela Uber, mesmo a Uber garantindo que não faria isso e ela fez. Aí, eu fui capa da revista Exame, que é voltada para os empresários. Depois disso, caiu tudo, fui bloqueado em todos os aplicativos”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/16/superexplorados-em-plena-pandemia-entregadores-de-aplicativos-marcam-greve-nacional>. Acesso em 19 de janeiro de 2023.

metas produtivas se centra na empresa detentora da plataforma de intermediação, enquanto o trabalhador, em vez de submetido diretamente a um contrato de trabalho formal, submete-se às imposições estabelecidas sob o risco de desligamento da ocupação. O cenário de subordinação estrutural reforça sua necessidade de venda da força de trabalho para a autossustentação (FRANCO; FERRAZ, 2019, p. 854).

Em outros termos, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) entendem a uberização como um processo de informalização que consolida o trabalhador sob demanda, ao reconhecer que as empresas relacionadas às plataformas digitais se incluem em uma tendência mais ampla que permeia o mundo do trabalho em dimensões globais, redefinindo as relações de emprego com a ampliação e reconfiguração da informalidade, transferência de riscos e custos, bem como a eliminação de garantias e direitos do trabalho.

Considerações finais

O filme *Você não estava aqui*, de Ken Loach, evidencia a exploração da classe trabalhadora na sociedade capitalista por meio de uma nova estratégia do capital: a uberização do trabalho. Nessa nova modalidade de subsunção do trabalhador ao capital, a empresa capitalista controla, gerencia e organiza o trabalho por meio de plataformas digitais e aplicativos. São transferidos aos “colaboradores” os riscos e os custos da atividade, inclusive para aquisição dos instrumentos de trabalho.

Nesse contexto, os ganhos obtidos pelas empresas com o trabalho mediado por plataformas digitais e aplicativos vêm acompanhados de uma redução do valor da força de trabalho, acentuada pela desregulamentação de direitos trabalhistas. A precarização do trabalho aparece de forma concreta, uma vez que a classe trabalhadora vivencia jornadas de trabalho extenuantes sem previsão clara de precificação dos serviços prestados.

Paralelamente a isso, há empresas que monopolizam setores de atuação e controlam enormes contingentes de trabalhadores, determinando a distribuição das atividades, a incorporação ou o desligamento nas plataformas e a precificação, sob critérios gerenciados por algorítmicos que prescrevem tarefas e metas produtivas, oferecem bonificações e aplicam punições, o que impõe a subordinação do trabalhador em sentido coletivo e acentua a “abstratização” inclusive do agente da

exploração; o próprio ódio ou revolta de classe, se houver, passa a ser dirigido ao meio, enfim, à tecnologia – plataforma, aplicativo e algoritmo; algo que lembra a primeira revolução industrial, quando massas de trabalhadores se revoltavam contra o maquinário e o destruíam, como se ele fosse responsável por sua condição.

Por fim, a uberização do trabalho promove um processo de informalização, consolidando o trabalhador sob demanda. As empresas relacionadas às plataformas digitais expressam uma tendência que redefine as relações de trabalho e amplia a informalidade por meio de uma estratégia de desresponsabilização do capital, que transfere os riscos da atividade econômica para o trabalhador, a qual se associa à eliminação de direitos trabalhistas.

No entanto, a aparência deste fenômeno é apresentada, frequentemente, especialmente aos mais jovens, como uma possibilidade de trabalho flexível, autogerenciado, etc. Nesse sentido, para desmontar a retórica que serve à manutenção do *status quo*, é fundamental o processo de formação humana que permita o desvelamento das relações postas nesta forma precária de trabalho.

Neste artigo, defendemos que o filme *Você não estava aqui*, de Ken Loach, na medida em que nega um uso instrumental do cinema (tal como preconizado, por exemplo, pela BNCC, conforme discutido na argumentação), permite que: a) se problematize o caráter absenteísta da maioria dos estudos sobre a arte e o seu ensino no Brasil no que concerne a sua materialidade histórica, conferindo à arte e ao ensino uma aparência de algo destituído quer do trabalho humano, quer das relações sociais daí decorrentes (REIS, 2010); b) se desbloqueie o caráter coletivo inconsciente e irracional do cinema para uma intencional autorreflexão crítica sobre si como integrante de uma totalidade (ADORNO, 1986); c) se enriqueça a experiência estética como elemento de uma formação humana que visa à superação da condição de heteronomia e semiformação que limita a classe que vive do trabalho a uma visão de mundo estreita (LOUREIRO; RAMALHETE; STEN, 2020, p. 3).

A análise das personagens em correlação com suas condições de reprodução e manutenção da vida, em contexto de intensa uberização, conforme se afigura na obra ficcional de Loach, aqui em pauta, demonstrou que a precarização do trabalho, para além do âmbito econômico, afeta de maneira inequívoca e perniciosamente a estrutura afetiva e relacional dos sujeitos, desde o autocuidado às relações familiares, corroendo todo o tecido social. Desse modo, a obra de arte cinematográfica, em que

pesem todas as suas contradições na relação com a indústria da cultura, pode permitir que se alcance uma compreensão de mundo mais ampla sobre a realidade social, fazendo avançar o processo de formação humana.

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, 34(98), p. 111-126, 2020.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 26-56, maio-ago 2021.

ADORNO, T. W. Notas Sobre o Filme. In: COHN, Gabriel (Org.). **Theodor Adorno: sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 100-107.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BLANES, P. Ken Loach: “Os ricos apoiam o fascismo quando sentem que o seu dinheiro é ameaçado”. **Cadena SER**, 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590660-ken-loach-os-ricos-apoiam-o-fascismo-quando-sentem-que-o-seu-dinheiro-e-ameacado>>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

BOSCOV, I. “Você não estava aqui”: uma família uberizada – e destruída. **Veja**, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/isabela-boscov/voce-nao-estava-aqui/>>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

CHAVES, P. M. Uma base para a semiformação socializada: a vulgarização da crítica como estratégias de produção do consenso. **Educação em Revista [online]**. 2021, v. 37, e228059. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698228059>>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

ENGEL, P. "Sou um velho socialista ancorado na realidade". Entrevista com Ken Loach. **El Cultural**, 2019. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/593987-sou-um-velho-socialista-ancorado-a-realidade-entrevista-com-ken-loach>>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. D. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 844-856, nov. 2019.

GARCÍA, R. Ken Loach: "Sou otimista, os povos sempre resistirão". **El País**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/31/cultura/1572512849_607957.html>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society**. Londres: Polity Press, 1991, v.1.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: the critique of functionalist reason**. Londres: Polity Press, 1992, v.2.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KURZ, R. **Os últimos combatentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOUREIRO, R. Educação, Cinema e Estética: elementos para uma reeducação do olhar. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 135-154, jan-jun., 2008.

LOUREIRO, R.; RAMALHETE, M. P.; STEN, S. D. C. Os livros mais vendidos: literatura juvenil e experiência estética. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação (Online)**, v. 38, n. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e67027>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

MANZANO, S. **Economia política para trabalhadores**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013.

MÉDA, D. **Le travail: une valeur en voie de disparition**. Paris: Aubier, 1995.

MEDINA, C.; PARRA, A. O fetiche da tecno-productividade digital em Ken Loach: a uberização do trabalho no filme "você não estava aqui". **Em tempo de Histórias**, Brasília, n. 37, p. 689-708, jul-dez. 2020.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: **Trabalho & sociedade**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, v.1.

OLIVEIRA, J. “Nosso filme olha para o caos da vida dominada pela tecnologia. É sobre essa falsa ilusão de liberdade”. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-28/nosso-filme-olha-para-o-caos-da-vida-dominada-pela-tecnologia-e-sobre-essa-falsa-ilusao-de-liberdade.html>>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

REIS, R. R. Trabalho, arte e educação: estado da arte da pesquisa e o trabalho do pesquisador. In: **Trabalho Necessário**. ano VIII, n. 11, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6119/5084>>. Acesso em 31 de outubro de 2022.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SILVA, J. A. S. D.; SANTOS, D. A.; CHAVES, A. M.; ASSUNÇÃO, E. T. D. Administração e relações de trabalho na contemporaneidade: uma tendência denominada uberização. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, ano XIX, vol. 19, n. 33, p. 26-42, jan-jun. 2022.

WEBER, S. (Des)subjetivação pelo trabalho na era da uberização em “você não estava aqui”, de Ken Loach. **Estudos da Língua(gem)**, v. 19, n. 3, p. 171-182, nov. 2021.